



Pensar a cidade

Bruna Suptitz

contato@pensaracidade.com



Além da edição impressa, as notícias da coluna Pensar a Cidade são publicadas ao longo da semana no site do JC.

jornaldocomercio.com/colunas/pensar-a-cidade



Governo revoga leilão do Cais Mauá; consórcio irá recorrer

‘Vamos até o fim para garantir a manutenção do leilão’, sustenta representante do Pulsa RS

Agora é oficial a revogação do leilão realizado em 6 de fevereiro de 2024 que previa conceder o Cais Mauá para a gestão da iniciativa privada, em troca da alienação do terreno das Docas e exploração comercial da área por 30 anos. O “aviso de revogação”, que já havia sido anunciado na semana passada, consta em publicação no Diário Oficial do Estado (DOE) nesta terça-feira, 12 de maio.

No entanto, o impasse não se encerra aqui. “Vamos até o fim para garantir a manutenção do leilão”, disse à Coluna Sérgio Stein, porta-voz do Consórcio Pulsa RS, vencedor do leilão. Ele alega que foram tentadas “todas as possibilidades de diálogo”, e mais um recurso administrativo será apresentado esta semana, cumprindo novo prazo estipulado pelo governo. A tendência, no entanto, é de nova negativa do Executivo.

Para os próximos dias - e capítulos dessa história - podemos esperar a judicialização deste caso. Outro desdobramento será a reelaboração do edital, por parte do governo, com apoio do BNDES. Aliás, seria o vencedor do leilão que pagaria pelos estudos já realizados. Sobre isso, o Executivo informa que tentará negociar, pois existe a possibilidade de remodelar o mesmo projeto. Sobre o pagamento à B3, ainda não há definição.

Para justificar a decisão de revogar o leilão, conforme consta no DOE, o governo recorreu ao item

18.8 do edital de concessão, que garante ao poder concedente (o governo) essa possibilidade “em face do não comparecimento da adjudicatária no prazo estipulado”. Adjudicatária é a vencedora do leilão - no caso do Cais Mauá é o Consórcio Pulsa RS. O argumento é que o consórcio não teria cumprido com suas obrigações no prazo previsto. A concorrência pública teve seus prazos suspensos em maio de 2024 durante calamidade provocada pela enchente daquele ano, o que se estendeu até dezembro de 2025.

No mesmo edital, no entanto, no item 18.3, consta que “o prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado pela autoridade superior, quando solicitado pela adjudicatária e desde que por motivo justificado aceito pela autoridade responsável”. Esse pedido foi feito no fim do prazo estipulado pelo Piratini, em 11 de março deste ano, e negado, com resposta ao consórcio somente na semana passada.

Na segunda-feira o Consórcio Pulsa RS protocolou recurso administrativo visando à reconsideração da decisão, portanto antes da publicação no Diário Oficial. Nela, defende que esteve amparado pelas previsões do edital e justifica que processos foram impactados pelas enchentes de 2024. “O Consórcio considera infundadas as alegações de suposta recusa ou incapacidade para assinatura do contrato”, informa.

Lei de Uso e Ocupação do Solo, complementar ao Plano Diretor de Porto Alegre, será votada hoje

A etapa legislativa para a definição dos novos regramentos urbanos em Porto Alegre está prevista para ser encerrada hoje, com a votação do projeto de lei Nº 20/2025, que cria a Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos). Hoje as definições do que pode ser construído na cidade e o zoneamento das atividades está no próprio Plano Diretor, principalmente na parte chamada de “Plano Regulador”. A separação em duas leis - o Plano Diretor já foi votado e aprovado em abril - tem como

objetivo separar o planejamento do licenciamento.

Com a maioria dos vereadores na base, o governo de Sebastião Melo (MDB) já conta com a aprovação da proposta. Mas os dois textos (da Luos e do Plano Diretor), devem ir parar na Justiça nos próximos dias. A intenção de judicializar já foi manifestada por alguns parlamentares da oposição e há expectativa de movimento nesta linha também por parte do Ministério Público.

O Plano Diretor é instituído

por lei municipal e está previsto na Constituição Federal. O conteúdo deve ser revisado pelo menos a cada dez anos e, no caso de Porto Alegre, este prazo havia se esgotado em 2020. No entanto, a pandemia de Covid-19, disputas administrativas e jurídicas e a enchente de 2024 impactaram na apresentação pela prefeitura. Em 2025 foi apresentada a proposta da separação em duas leis para um “novo Plano Diretor”, o que tirou o caráter de revisão que a prefeitura sustentava até então.

Capital sediará encontro sobre centros urbanos

Porto Alegre receberá na próxima semana, entre os dias 19 e 22 de maio, o 3º Encontro Internacional de Urbanismo em Áreas Centrais. O evento reunirá gestores públicos, urbanistas, pesquisadores, investidores e agentes culturais para debater os desafios e as oportunidades da requalificação dos centros urbanos contemporâneos. A programação ocorrerá na Usina do Gasômetro, no Centro Histórico. As informações são da Prefeitura de Porto Alegre.

A palestra magna on-line será conduzida pelo arquiteto e urbanista dinamarquês Jan Gehl, referência internacional em desenho urbano voltado à escala humana e autor de obras como “Cidades para Pessoas” e “Vida entre Edifícios”. Com atuação e influência em processos de qualificação urbana de cidades como Copenha-

gue, Nova York e Melbourne, Gehl apresentará como intervenções acessíveis e orientadas às pessoas podem contribuir para a melhoria das cidades contemporâneas.

A programação inclui ainda o urbanista brasileiro Carlos Leite, diretor da FAU-Mackenzie, que trará o caso de Medellín; os representantes do Município de Quito, Pablo Iturralde e Paúl Ponce Solórzano; a geopolitóloga colombiana Paula Trujillo, referência em economia criativa; a dupla francesa Mathieu Battais e Guillaume Cromer, responsáveis pela elaboração da estratégia de turismo cultural de Porto Alegre; e Jason Hobbs, especialista líder da Divisão de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Organizado pela Prefeitura de Porto Alegre, por meio da Secre-

taria de Planejamento e Gestão, o evento conta com parceria da Rede Brasileira de Urbanismo em Áreas Centrais e do Programa Recentro da Prefeitura do Recife, e propõe uma imersão que articula planejamento, obras, valorização do patrimônio, resiliência climática, cultura, turismo e desenvolvimento econômico.

A escolha de Porto Alegre como sede, conforme a prefeitura, tem relação direta com o avanço do Programa Centro+, que conduz a requalificação do Centro Histórico e transforma o território em um laboratório vivo de revitalização. O evento é patrocinado pela Caixa Econômica Federal e conta com os apoios do Instituto Cidades Responsivas, Ondaweb, Pacto Alegre, Palco Inteligência de Negócios, Sindicato de Hospedagem e Alimentação de Porto Alegre e Região - Sindh, Space Hunters e UniSenac RS.



Evento será na Usina do Gasômetro; palestra magna será online, com o urbanista dinamarquês Jan Gehl

Recicle!

O Movimento Plástico Transforma, em parceria com a Solos e a prefeitura de Porto Alegre, vai promover amanhã um mutirão de limpeza na Orla do Guaíba. A ação terá início às 8h30min e contará com a participação de 60 alunos de 8 a 10 anos da escola Centro Integrado de Desenvolvimento. O ponto de encontro é o mirante Olhos Atentos, próximo à Usina do Gasômetro. Os resíduos recolhidos serão destinados a uma cooperativa de catadores. A atividade faz referência ao Dia Mundial da Reciclagem, celebrado em 17 de maio.



TÂNIA MEINERZ/JC